

1

ATA DO CONSELHO FISCAL

2

3 No dia trinta de março de dois mil e dezessete, às oito horas e trinta minutos, estiveram
4 reunidos no Instituto de Previdência do Município de Rio Claro em reunião extraordinária os
5 membros do Conselho Fiscal **Adriana Sarti, Maria Aparecida Felisbino de A. Norberto,**
6 **Mariangela de Lourenço Berzagli Dagnoni, Nelson Leme da Silva Junior e Regina Siqueira**
7 **Masson, participou da reunião a Diretora interina Financeira e Contábil Elisabete Wenzel e o**
8 **superintendente Lineu Vianna:** iniciou-se a reunião com a conselheira **Regina** explicando
9 sobre as dificuldades que tem encontrado com a mudança na lei sobre a dívida do aporte,
10 explica que anteriormente a Conan já fazia os cálculos e agora está mais difícil para ela
11 contabiliza-lo. **Mariangela** pergunta se não é possível reverter esta situação. **Nelson** explica
12 que somente se a Lei for revogada e que foi feito porque não queriam mais o percentual do
13 cálculo atuarial e sim um valor fixo para ter a possibilidade de todos os anos escolher a forma
14 para pagar esta dívida, tendo até o dia trinta e um de dezembro para pagar. **Nelson** coloca que
15 este percentual era calculado mês a mês com juros e agora, da outra forma, coloca-se uma
16 alíquota fixa e parcela-se em várias vezes. **Elisabete** apresenta o relatório com a dívida total do
17 instituto e **Nelson** solicita que seja publicado no site. **Elisabete** diz que solicitará que Eduardo
18 faça isto. **Mariangela** sugere que publique junto com a ata. **Maria Aparecida** pede que se faça
19 um resumo de toda situação especificando cada dívida separadamente. **Adriana** constata que
20 na nova lei é que permitiram o pagamento através de imóveis e que isto não constava da lei
21 anterior. **Maria Aparecida** diz que se é difícil pagar mensalmente a dívida muito mais difícil
22 será pagá-la toda ao final do ano. **Nelson** afirma ser importante constatar o que o IPRC fez, diz
23 que a **Elisabete** calculou os juros e atrasos de pagamento e encaminhou para a prefeitura que
24 recebeu através do secretário de finanças, afirma que não se poderá mais negar que não
25 sabiam o valor dos juros. **Elisabete** diz que Débora havia comparecido à audiência com o
26 delegado, e que solicitou o comprovante de pagamento; Elisabete informa que já separou os
27 comprovantes e os juros para que Débora leve para o mesmo conferir. **Nelson** diz não estar
28 entendendo o ocorrido, pois informa que havia cancelado a audiência com o delegado.
29 **Mariangela** diz que também não entendeu, pois havia sido informada pelo Daniel que tinham
30 cancelado a reunião. **Elisabete** informa que o impacto atuarial está sendo feito e que assim
31 que estiver pronto reportará ao conselho. **Nelson** diz que gostaria que constasse em ata que
32 este cálculo deveria ser de controle do superintendente e estar pronto a qualquer momento
33 que solicitado. **Adriana** questiona se não há um escritório terceirizado sendo pago para fazer
34 este cálculo. **Nelson** diz que mesmo assim deveria haver um controle do superintendente.
35 **Adriana** sugere que se chame o superintendente para explicar, pois há uma empresa sendo
36 paga para fazer este cálculo. **Maria Aparecida** explica que deve ser mensal este cálculo. **Nelson**
37 relata que o conselho deliberativo informou que estão estudando as reformas da Lei do
38 Instituto e que logo que terminarem passarão as informações, diz que colocou para Débora
39 por telefone que deveriam fazer esta discussão com o pessoal do Instituto participando, pois
40 considera importante a opinião de quem trabalha lá e conhece as necessidades. **Lineu** chega e

41 **Regina** reafirma que quem deve fazer as modificações da Lei é o superintendente juntamente
42 com o pessoal do Instituto e depois passar para os conselhos opinarem. Todo o conselho
43 Fiscal afirma que não concorda com a forma que está sendo feito. **Lineu** informa que tem
44 participado das reuniões do deliberativo e que nem a leitura completa foi feita ainda. **Regina**
45 diz que o conselho deve se limitar as suas funções e que as modificações dos cargos que
46 deveriam ter sido feitas no início do ano ainda não foram feitas. **Lineu** diz que serão feitas
47 como combinado. **Adriana** diz que considera que o superintendente deve trazer um esboço
48 pronto com as modificações necessárias que atendam o Instituto e apresentar aos conselhos
49 para discussão. **Regina** explica que inclusive considera uma decisão política apresentar ao
50 funcionalismo as mudanças que devem ser feitas porque dizem respeito apenas ao
51 funcionamento do Instituto e não atingem aos funcionários. **Nelson** diz que o conselho fiscal
52 não se responsabilizará por estas mudanças, pois não é competência deste conselho fazê-lo, e
53 que, se o deliberativo vai assumir esta responsabilidade não diz respeito ao conselho fiscal.
54 **Nelson** considera importante algumas mudanças na Lei que dizem respeito aos conselhos,
55 como por exemplo, a questão do conselho deliberativo fiscalizar a ele mesmo, o conselho fiscal
56 fiscalizar as contas e depois o deliberativo fiscalizar também, fazendo o caminho inverso,
57 deixando clara ser uma situação absurda, havendo sim necessidade de mudanças. **Nelson**
58 continua dizendo que os equívocos da Lei já foram apontados no regimento interno feito no
59 início do mandato deste conselho: conselho deliberativo delibera sobre as ações do Instituto e
60 conselho fiscal fiscaliza; relata que como autarquia o superintendente deve fazer as mudanças
61 que devem ser feitas na estrutura do Instituto. **Regina** diz que o conselho deliberativo deveria
62 estar com o regimento interno deles sendo discutido e feito no lugar de discutir a Lei. **Adriana**
63 reafirma que as mudanças devem partir de um esboço feito pelo Instituto a partir de suas
64 necessidades mas que devem sim passar pelos conselhos como forma de participação e apoio
65 para aprovação no executivo. **Regina** reafirma que nunca disse que não deveria passar pelo
66 conselho e sim que as mudanças deveriam partir do Instituto para o conselho. Após **Nelson**
67 explica a **Lineu** o motivo de tê-lo chamado à reunião que seria o não fornecimento do cálculo
68 atuarial e o impacto dele sobre a dívida. **Lineu** explica que repassou ao escritório responsável
69 pelo cálculo atuarial todas as dívidas do Instituto para que fizessem o cálculo, inclusive porque
70 deverá ser também enviado ao Ministério da Previdência. **Nelson** questiona se este cálculo
71 não deveria ser feito mês a mês para calcular o impacto financeiro. **Lineu** responde que a
72 obrigatoriedade do cálculo é anual, que ele até saberia fazer, mas que ele não tem a formação
73 necessária para assinar e explica que quem tem esta prerrogativa é o atuário; continua
74 explicando que eles farão o cálculo e enviarão na próxima semana com o parecer técnico sobre
75 a dívida. **Lineu** explica que a dívida dos catorze milhões, que está em aberto, prejudica o
76 cálculo porque entra como dívida, mas as dívidas já negociadas e parceladas ajudam a
77 melhorar o cálculo porque entram como patrimônio e sendo assim beneficiam o Instituto.
78 Explica que o aporte não negociado de catorze milhões prejudicam o Instituto e o que já foi
79 negociado melhora o cálculo, diz que inclusive houve um record de rentabilidade no ano
80 passado apesar da crise. **Nelson** diz que entende que os parcelamentos sejam “uma
81 poupança” em vista dos juros, mas questiona que se não forem pagos é um prejuízo enorme

82 para o Instituto. **Regina** pergunta para **Lineu** qual a vantagem do Instituto com a mudança de
83 alíquota para aporte. **Lineu** responde que foi uma recomendação do atuário porque você
84 fazendo em alíquota somente pode ser pago em dinheiro e mensalmente, e em aporte há uma
85 flexibilização podendo ser pago em dinheiro ou com imóveis, explica que o Ministério apontou
86 que o Instituto não estava atendendo a recomendação do atuário de realizar esta mudança.
87 **Nelson** questiona que se o responsável pelo atuário estiver equivocado com as
88 recomendações o Instituto se prejudica e considera que deveria haver mais de uma opinião.
89 **Maria Aparecida** concorda e questiona se houve uma discussão a respeito. **Nelson** diz que este
90 assunto deveria ser discutido no Comitê de investimento. **Lineu** explica que o cálculo atuarial é
91 um problema técnico e estritamente matemático e não de opinião, que os procedimentos são
92 os mesmos para todos os que fazem este cálculo, que o responsável pelo Ministério da
93 Previdência faz a mesma recomendação; acrescenta que inclusive tomar esta decisão coube ao
94 prefeito que é quem tem esta prerrogativa e que ele poderia até discordar se houvesse erro na
95 mudança, o que não era o caso. **Lineu** explica que com a mudança abriu-se a possibilidade
96 deste novo governo fazer uma proposta melhor que a anterior e que satisfaça os conselhos
97 abrindo para negociação, explica ainda que continua na mão do conselho deliberativo aceitar
98 ou não uma proposta. **Regina** coloca que anteriormente se seguissem o que estava
99 estabelecido, os catorze milhões não existiriam como dívida, foi aumentada a dívida do
100 Instituto. **Lineu** explica que os catorze milhões é a dívida acumulada mês a mês. **Adriana**
101 coloca que o que **Regina** está explicando é que quando a prefeitura pagava por mês o
102 percentual era menor e mais fácil de pagar. **Regina** explica que a dívida se restringia a
103 dezembro, décimo terceiro e janeiro, pois era paga mês a mês e neste momento ela já é de
104 catorze milhões, ficando mais difícil de pagar. **Lineu** explica que a prefeitura poderia optar por
105 pagar mensalmente. **Regina** diz que como tem a possibilidade de pagar só em dezembro ela
106 não paga. **Mariangela** diz que da forma anterior estavam pagando junto com a dívida. **Lineu**
107 diz que desde que ele está como superintendente as dívidas são do patronal e do déficit e que
108 continua igual, eles estão deixando de pagar o patronal e o déficit eles não estão pagando para
109 pagar no final do ano. **Nelson** diz que o devedor está sendo beneficiado com esta forma do
110 aporte e que se houvesse uma segunda opinião sobre o atuarial teria se resolvido este impasse
111 logo. **Lineu** esclarece que não permitiu que o aporte entrasse no parcelamento, pois só dívidas
112 podem ser parceladas e que a opinião das pessoas entendidas no assunto concordam que foi o
113 melhor a ser feito. **Nelson** reafirma que se houvesse uma segunda opinião a respeito do
114 cálculo atuarial teria evitado tudo isto. **Lineu** reafirma que foi feito o que era a melhor opção
115 para o instituto. **Nelson** diz que prefere um devedor que não tenha a possibilidade de protelar
116 a dívida, que tinha a única opção de pagar mês a mês. **Adriana** diz que, explicando de uma
117 forma muito simplória, seria como a pessoa fazer um empréstimo pessoal e não conseguir
118 pagar todo mês a parcela e o banco possibilitar o pagamento de todo empréstimo de uma vez
119 só ao final do ano, ficaria impossível pagar esta dívida de uma vez só se a pessoa não consegue
120 pagar nem as parcelas. **Lineu** explica que quando não pagavam as dívidas deixavam de pagar
121 todas e não só uma e que agora há possibilidade de pagarem esta dívida com terreno;
122 esclarece que esta foi uma prerrogativa do prefeito e não dele e que é uma recomendação do

123 Ministério da Previdência. **Adriana** coloca que entende então que foi uma abertura para uma
124 nova forma de pagamento da dívida . **Regina** explica que a prefeitura ficava devendo o
125 patronal e déficit juntos e quando pagava, pagava os dois e da forma como ficou não precisa
126 mais ser desta forma ficando pior para o instituto. **Lineu** discorda e considera que ficou
127 melhor. Há uma discussão entre todos os membros. **Regina** considera que o prefeito anterior
128 poderia ter pago em dezembro, não pagou e deixou a dívida para o próximo prefeito. **Lineu**
129 explica que o não importa que passou para o próximo a dívida, o anterior é que responderá
130 por ela. **Maria Aparecida** questiona qual a política do IPRC para solucionar o problema, já que
131 a dívida está só aumentando. **Lineu** explica que o primeiro passo seria a liberação do CRP e diz
132 que o secretário com a liberação do IPRC terá a liberação do dinheiro para pagar a dívida,
133 esclarece que se não ocorrer desta forma deverá cobrar judicialmente . **Lineu** esclarece que se
134 não fosse pelo aporte toda dívida estaria incluída no parcelamento. **Nelson** explica que
135 embora haja entendimento da situação não existe concordância. **Lineu** reafirma que esta
136 mudança foi de inteira responsabilidade do executivo e que o superintendente não poderia
137 fazer mudanças deste tipo, que inclusive fez uma denúncia no Ministério público sobre as
138 mudanças da lei do instituto que necessita com urgência, e que não passaram no executivo, e
139 que a resposta do Ministério público foi de que não havia nenhuma irregularidade na conduta
140 do executivo e que ele teria total liberdade para mexer na lei quando considerasse necessário
141 ou não, diz que agora com o novo prefeito enviará novamente as mudanças necessárias na lei.
142 **Regina** reitera o pedido de que se faça as alterações com urgência, justifica que algumas leis
143 da previdência já mudaram e ainda não foram alteradas na lei do instituto. **Lineu** concorda.
144 **Maria Aparecida** pergunta se o instituto tem CNPJ separado e **Lineu** responde que sim.
145 **Adriana** oferece ajuda para elaboração de um esboço das modificações da lei para agilizar o
146 processo e enviar para o executivo, dando uma chance de ser acatado pela nova
147 administração, antes de qualquer medida mais evasiva. **Lineu** diz que seguirá os passos
148 corretos, inclusive apresentando ao conselho deliberativo. Todos os membros do conselho
149 reiteram a urgência desta ação do superintendente. **Nelson** diz que quanto ao impacto da
150 dívida aguardaremos o cálculo do atuário para divulgação, continua a reunião esclarecendo
151 que havia sido intimado a prestar esclarecimentos na delegacia no dia vinte e quatro sobre as
152 denúncias feitas, mas que não esteve presente neste dia e conversou através do advogado que
153 a dívida já havia sido paga, afirma que houve uma intempestividade ao fazer a denúncia
154 através do documento protocolado pelos dois conselhos juntos, relata que recebeu um
155 telefonema da conselheira Rosemeire para que assinasse a representação e compareceu no
156 mesmo dia, erroneamente o instituto ficou encarregado de protocolar na delegacia e não
157 protocolou naquele dia e sim dias depois quando já havia sido pago, portando os
158 esclarecimentos foram cancelados pelo delegado, relata que soube depois que a conselheira
159 Débora compareceu para conversar com o delegado e que desconhece o teor da conversa, diz
160 que não há afinidade entre os dois conselhos nem de conduta e nem de pensamentos. **Adriana**
161 diz que considera que **Nelson** deve ter cuidado quando é chamado para assinar qualquer
162 documento junto com o conselho deliberativo. **Mariangela** concorda e relata que estava
163 presente no instituto no dia do ocorrido e que ouviu a discussão do deliberativo sobre a

164 assinatura do documento, se **Nelson** viria assinar e, constatou que o mesmo compareceu
165 imediatamente para assinar, diz que Daniel entrou em contato com a mesma para saber o que
166 ela havia presenciado e o que havia acontecido e que ela relatou e informou que **Nelson** iria
167 cancelar o depoimento, informa que considera que não houve consideração com a pessoa de
168 **Nelson** ao não informa-lo dos acontecimentos posteriores e que apenas o chamam quando
169 precisam, que não deveria mais atender a estes chamados repentinos. **Adriana** pondera que
170 **Nelson** deve atender aos chamados, mas não deve assinar nada sob pressão e sim segurar o
171 documento e com mais calma analisar se deve ou não assinar. **Nelson** explica que como era o
172 mesmo problema já apontado anteriormente considerou que ter sido engavetado é que
173 acarretou todo problema e não a pressão, diz que se for consenso de todos quando houver
174 outra situação desta passará ao conselho para discussão e aprovação destes membros.
175 **Mariangela** opina que sim e que só serão aprovados os procedimento que considerarmos
176 pertinentes, que é inadmissível apenas socializarem algum ato quando precisam deste
177 conselho. **Adriana** diz que em sua opinião não há um tratamento de confiança entre os dois
178 conselhos e dos mesmos com o superintendente, parecendo que são inimigos, quando todos
179 deveriam agir apenas em favor do bom andamento do instituto, conversando e trocando
180 informações pertinentes que auxiliem a todos, para que situações constrangedoras como esta
181 que aconteceu não se repitam, causando má impressão do trabalho dos conselhos.
182 **Mariangela** diz que considerou desagradável a posição que ficou o conselheiro **Nelson** diante
183 do delegado, pois Débora compareceu e ele não. **Nelson** explica que o seu advogado
184 conversou com o delegado justificando. **Nelson** continua a reunião relatando que o Tribunal de
185 Contas apontou em publicação do dia anterior aposentadorias de dois mil e catorze que
186 estariam com problemas de aprovação. **Regina** solicita cópia para poder verificar quais seriam
187 os problemas. **Nelson** relata que conversou com alguém do Tribunal e que foi relatado
188 problema de aposentadorias com incorporação, principalmente da educação. **Adriana**
189 questiona o por que e **Nelson** explica que é uma questão de cumprimento de jornadas
190 incorporadas e que é necessária uma adequação da lei que está falha. **Maria Aparecida**
191 concorda que nossas leis são realmente muito falhas. **Nelson** diz que estão analisadas as
192 contas de dezembro de dois mil e dezesseis. **Maria Aparecida** diz que, se foram aprovadas as
193 contas, os balanços do ano também devem ser, com a ressalva da dívida do aporte e o cálculo
194 do impacto atuarial sobre esta dívida. **Nelson** diz que estão aprovados os balanços com estas
195 ressalvas. Foi encerrada a reunião e eu **Adriana** Sarti lavei a presente ata que será assinada
196 por todos os presentes e as gravações estarão disponibilizadas no Instituto junto com as atas
197 para quem se interessar de ouvi-las na
198 íntegra.: _____
199 _____
200 _____

201